

Área ianomami tem 453 pedidos de mineradoras

Carmem Cruz

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) acumulou nos últimos 12 anos um total de 717 pedidos de empresas mineradoras interessadas em explorar cassiterita, ouro, prata, manganês, estanho e dezenas de outros minérios nos 9,4 milhões de hectares de terra ianomami. Só na cabeceira do rio Demini, onde a Funai observou recentemente a existência de três malocas de índios isolados, seis mineradoras pretendem se instalar em busca de ouro, prata, tungstênio e tântalo, principalmente.

Dos 717 pedidos que aguardam a regulamentação do Artigo 231 da Constituição Federal — que dispõe sobre a exploração das riquezas minerais em terras indígenas, condicionando-a à autorização do Congresso Naci-

onal —, 453 referem-se ao território ianomami no Estado de Roraima. Segundo o diretor do DNPM, Elmer Prata Salomão, todos os pedidos recebidos são guardados, porque só poderão ser estudados após regulamentação da matéria.

Ele justifica que grande parte dos pedidos referem-se a uma mesma área, estando, portanto, superpostas, enquanto os encaminhados por ele à Comissão de Minas e Energia tramitam normalmente e os estudos técnicos são feitos pelo Serviço de Mineração da Delegacia do Ministério da Infra-estrutura, no Amazonas.

Para a serra das Surucucus, existe entre outros o pedido da Mineração Caetetu Ltda. (titânio), da Mineração Maracá (estanho), da Mineração Curuá (cobre), da Delphos Mineração (ouro), a Eni Mineração, a Tam-

baú Ltda., a Tinamex e até a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima), que pretende explorar ali zinco e estanho.

Na bacia do Demini, a Mineração Itacuã Ltda. quer explorar platina, tungstênio e chumbo, a Trácia tem interesse em retirar ouro, prata, berílio, tungstênio e tântalo, além de estanho, chumbo, cobre, zinco e platina e a BR Mineração também encaminhou mais de 20 requerimentos ao órgão com interesses na mesma área. Ainda na cabeceira do Demini, a Mineração Anari quer retirar estanho, enquanto na serra a extração foi pedida pela Mineração Guararema Ltda.

A exploração de cassiterita, de ilmenita, de rutilo e de zircão na bacia do Parimã foi pedida pela Empresa de Mineração São Lourenço, pela Mineração Porto da Cruz e pela Jangal Ltda.

General critica ato

Rio — O ex-comandante militar da Amazônia, general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, disse que “a reserva criada pelo presidente Collor para os índios ianomamis não atende aos interesses brasileiros e ameaça a soberania nacional na região amazônica, porque, no mínimo, é incompleta”. Segundo o general, a criação da reserva deve disciplinar a presença de tropas do Exército e o processo de aculturação dos índios, para que eles não fiquem isolados do resto da população. Euclides Figueiredo falou na sede do

Ministério da Economia, no Rio, durante a eleição da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a Adesg, instalada naquele local.

Ele afirmou que o Congresso Nacional precisa rever a decisão do Presidente da República, “para proteger a soberania”. O general criticou o presidente Collor dizendo que ele “tem a preocupação de agradar organismos internacionais, com o risco da soberania brasileira”.

O militar acredita que Collor deve explicações ao povo brasileiro. “O Presidente não pode abdicar da soberania brasileira sobre a área da reserva, que supera duas vezes a de alguns países da Europa, e está mais do que claro que organismos internacionais realizam

pressões para criação de uma nação ianomami soberana”.

O general, que é irmão do ex-presidente João Figueiredo, declarou ainda que “decisões como a relativa à reserva ianomami, no passado, transitavam pelo antigo Conselho de Segurança Nacional, que assessorava o Presidente. Mas o órgão foi transformado em um conselho de defesa que parece não ter a mesma função”.

Segundo ele, ao que se refere à reserva ianomami, a Secretaria para Assuntos Estratégicos (SAE) não assessorou corretamente o Presidente da República. “Quem orientou o Presidente, orientou errado”. “Nem a Funai”, disse, “sabe quantos índios ianomamis existem na Amazônia”.